Simulado Final

TRT RJ

Técnico Judiciário - Área Administrativa

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT-RJ (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa** do **TRT-RJ**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/Si9ir9vNHtKpuJ8o8

01 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	13 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	14 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	15 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	16 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	17 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	18 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	19 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	20 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

https://coruja.page.link/A2vd

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luís Felipe

TEXTO

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes "leiam", num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilhagem pelo mundo, não foram poucas as vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a serem muito mais "devoradas" do que realmente lidas ou estudadas. Verdadeiras "lições de leitura", no sentido mais tradicional desta expressão, a que se achavam submetidos em nome de sua formação científica e de que deviam prestar contas por meio do famoso controle de leitura. Em algumas vezes cheguei mesmo a ler, em relações bibliográficas, indicações em torno de que páginas deste ou daquele capítulo de tal ou qual livro deveriam ser lidas: "da página 15 à 37".

A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada. A mesma, ainda que encarnada desde outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas.

Paulo Freire. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989, p. 12 (com adaptações).

1. De acordo com o texto, o autor critica:

a) A ausência de bibliografias nos cursos superiores.

b) O desprezo dos alunos pela leitura de textos acadêmicos.

c) A exigência de leitura de muitos textos sem uma verdadeira compreensão.

d) A qualidade dos livros indicados nos cursos universitários.

e) O controle de frequência nas aulas de leitura.

2. Segundo o autor, a leitura deve ser entendida como:

a) Um instrumento de controle acadêmico sobre os alunos.

b) Uma prática suficiente em si, independentemente da compreensão.

c) Um processo de memorização e repetição de conteúdos.

d) Uma atividade que se mede pela quantidade de páginas lidas.

e) Uma experiência de compreensão profunda e crítica dos textos.

3. Assinale a alternativa em que as normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas:

a) Era necessários ajustes imediatos na proposta apresentada.

b) Bastaram-lhe poucas palavras para convencer os presentes.

c) Existem, na lista, apenas um item pendente.

d) Havia ocorrido incidentes antes da reunião, mas não foram relatados.

e) Devia os representantes manifestarem-se com clareza.

4. Transpondo-se para a voz passiva a oração "A médica explicará os procedimentos aos pacientes", a forma verbal resultante será:

a) seriam explicados

b) foram explicados

c) têm sido explicados

d) serão explicados

e) estava explicando

5. Assinale a alternativa cuja pontuação segue rigorosamente as regras da norma culta:

a) Mesmo diante das críticas o autor, manteve sua postura original.

b) Há nos objetos antigos, uma espécie de alma, invisível ao olhar apressado.

c) O autor demonstra, em suas palavras uma nostalgia contida, mas intensa.

d) São poucos os leitores que, de fato, percebem a delicadeza do texto.

e) O cronista, descreve com ironia os sentimentos escondidos nas ações mais simples.

6. Assinale a alternativa em que todas as palavras recebem acento gráfico pela mesma regra gramatical:

a) pé, amém, troféu, café

b) lâmpada, público, gráfico, tímido

c) herói, parabéns, troféus, réptil

d) júri, hífen, vírus, árvore

e) até, você, sofá, tênis

7. Em qual das alternativas ocorre personificação, figura que atribui comportamento humano a entidades não humanas?

a) O vento frio soprava entre as frestas da janela.

b) A esperança bateu à porta do jovem sonhador.

c) As folhas caíam lentamente sobre o chão úmido.

d) A cidade parecia mais vazia naquele feriado.

e) A chuva incessante molhava as calçadas.

8. Assinale a alternativa que pode substituir o termo destacado sem alterar o sentido da frase:

O autor foi bastante criticado, <u>embora</u> sua obra tenha sido amplamente lida e estudada.

a) como

b) ainda que

c) então

d) quando

e) porquanto

9. Entre os atributos da redação oficial elencados pelo Manual de Redação da Presidência da República, destaca-se:

a) a subjetividade.

b) a criatividade.

c) a impessoalidade.

d) a formalidade excessiva.

e) o uso de expressões regionais.

10. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de elipse como mecanismo de coesão, conforme descrito no Manual de Redação da Presidência da República:

a) O diretor comunicou sua decisão e, imediatamente, os subordinados acataram-na com entusiasmo.

b) As propostas foram discutidas em reunião e aprovadas.

c) A servidora entregou o relatório final; a estagiária, o questionário de avaliação.

d) O Ministro foi recebido com honras; o Embaixador, igualmente.

e) Os pareceres não foram enviados.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Considere a sentença "Se a saia é roxa e a blusa é marrom, então o sapato é rosa".

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

a) A saia não é roxa ou a blusa não é marrom ou o sapato é rosa.

b) Se o sapato é rosa, então a saia é roxa e a blusa é marrom.

c) Se a saia não é roxa e a blusa não é marrom, então o sapato não é rosa.

d) A saia é roxa e a blusa é marrom e o sapato não é rosa.

e) Se o sapato não é rosa, então a saia não é roxa e a blusa não é marrom.

12. Se não é verdade que "Se o Brasil não acaba com a inflação então a inflação acaba com o Brasil".

Logo, é verdade que:

a) O Brasil não acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.

b) O Brasil acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.

c) O Brasil acaba com a inflação e a inflação acaba com o Brasil.

d) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação não acaba com o Brasil.

e) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação acaba com o Brasil.

13. Quatro meninas têm 11, 7, 5 e 9 bonecas cada uma. Foram feitas algumas afirmações:

− Ana: Eu tenho 5 bonecas;

− Bia: Eu tenho 11 bonecas;

− Carla: Ana tem 9 bonecas;

− Duda: Eu tenho 9 bonecas.

Se apenas uma das meninas mentiu, tendo as outras dito a verdade, então concluímos que a soma do número de bonecas de Ana, Bia e Carla é igual a

a) 22.

b) 25.

c) 21.

d) 27.

e) 23.

14. Considere os números m = 20, n = 30 E p = 40.

Vamos supor que o número m aumente 40%, o número n diminua 10% e o número p diminua 30%.

Sendo M, N e P os novos valores, respectivamente, de m, n e p, concluímos que:

a) P < N < M.

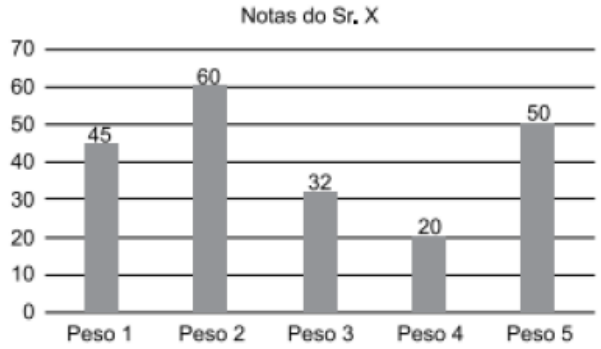
b) P < M < N.

c) N < M = P.

d) M = P < N.

e) M < N < P

15. O gráfico abaixo mostra as cinco notas do Sr. X e os respectivos pesos atribuídos a cada uma das provas.



Para ser aprovado, o Sr. X precisava que sua média aritmética ponderada por esses pesos fosse maior ou igual a 48 pontos. Com essas notas, o Sr. X não foi aprovado e sua média ficou abaixo de 48, em uma quantidade de pontos igual a

a) 6,6.

b) 7,9.

c) 8,6.

d) 9,5.

e) 10,8.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

16. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que estabelece a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS). Sobre a Resolução CNJ nº 550/2024, julgue a assertiva correta.

a) Os resultados mensais alcançados pelo órgão referentes aos indicadores de desempenho da sustentabilidade devem ser inseridos no PLS-Jud até o dia 28 do mês subsequente ao mês-base.

b) A alimentação do PLS-Jud cabe ao responsável designado pelo respectivo órgão do poder judiciário, que deve atestar a confiabilidade dos dados repassados.

c) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário também é composto pelo Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo STF.

d) Uma das competências da Unidade de Sustentabilidade é a de fomentar ações, com o apoio da Comissão Gestora do PLS e em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, que estimulem as emissões de gases de efeito estufa no âmbito do órgão do Poder Judiciário.

e) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do PLS e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez a cada dois anos.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES

Tiago Zanolla

17. Renato, Analista do TRT da 1ª Região, exerce função comissionada de natureza gerencial. Durante a organização de um evento institucional, foi convidado para participar como palestrante em um congresso promovido por uma empresa que presta serviços ao Tribunal. A empresa ofereceu hospedagem e custeio das passagens. Renato aceitou a proposta, não informou à Administração e proferiu palestra em nome do Tribunal. Posteriormente, ainda sob a mesma função, manifestou-se publicamente, em rede social, sobre a atuação funcional de um servidor da unidade sob sua chefia direta, criticando sua postura com base em fatos internos.

À luz do Código de Ética do TRT da 1ª Região, assinale a alternativa correta:

a) Renato não violou norma ética, pois o convite e a manifestação se deram fora do horário de expediente.

b) Renato poderia ter aceitado os benefícios da empresa, desde que registrasse apenas a viagem no sistema do Tribunal.

c) Renato cometeu infrações éticas ao não declarar conflito de interesses e ao opinar publicamente sobre servidor sob sua chefia.

d) A manifestação pública de Renato é lícita, pois refere-se a servidor da mesma instituição, sem exposição externa do conteúdo.

e) A participação de Renato no evento não constitui infração, por se tratar de convite institucional com tema técnico.

18. Concluído o processo ético-disciplinar instaurado contra o servidor Cláudio, o Subcomitê de Ética sugeriu a aplicação da penalidade de censura ética por violação aos deveres funcionais. Após o trânsito recursal, a penalidade foi registrada nos assentamentos funcionais. Dois anos depois, Cláudio foi indicado para ocupar cargo em comissão, ocasião em que a Secretaria de Gestão de Pessoas detectou o registro da penalidade. À luz do Código de Ética e da Resolução Administrativa nº 11/2022, com alterações pela Resolução nº 10/2023, é correto afirmar que:

a) O registro da censura ética deve ser imediatamente cancelado, pois transcorridos mais de doze meses da decisão.

b) A indicação ao cargo em comissão deverá ser automaticamente anulada, pois há vedação legal expressa em caso de registro ativo de censura ética.

c) A Secretaria agiu corretamente ao considerar o registro nos procedimentos relativos à nomeação, ainda que a penalidade não impeça, por si só, a designação.

d) O registro da penalidade é público e impede o servidor de concorrer a qualquer função gratificada até sua exclusão automática após cinco anos.

e) O cancelamento do registro depende de solicitação do servidor e decisão do Subcomitê, independentemente de nova infração.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

19. Durante reunião administrativa no TRT da 1ª Região, surgiu controvérsia quanto à competência para julgamento de processo disciplinar envolvendo juiz substituto e, também, sobre a responsabilidade institucional na deliberação quanto à aquisição de vitaliciedade ao fim do biênio. À luz do Regimento Interno do Tribunal, é correto afirmar que:

a) Compete à Presidência do Tribunal processar e julgar o juiz substituto em matéria disciplinar, cabendo ao Tribunal Pleno apenas decidir sobre sua vitaliciedade.

b) A deliberação sobre a exoneração ou aquisição de vitaliciedade do juiz substituto é privativa da Corregedoria Regional.

c) O Tribunal Pleno detém competência tanto para julgar penalidades disciplinares quanto para deliberar sobre vitaliciedade de juízes substitutos, exigindo maioria qualificada.

d) Compete ao Tribunal Pleno, por maioria absoluta e motivação expressa, deliberar sobre a vitaliciedade de juízes substitutos, além de julgar processos disciplinares.

e) A aquisição da vitaliciedade é automática após dois anos de exercício, cabendo ao Tribunal Pleno apenas homologá-la.

20. Durante sessão de julgamento em Turma do TRT da 1ª Região, houve empate na votação e designação de nova data para prosseguimento. Concluído o julgamento, foi designado como redator do acórdão o magistrado cujo voto divergia do relator, mas que prevaleceu. Considerando o disposto no Regimento Interno, é correto afirmar:

a) O relator originário deverá redigir o acórdão mesmo que seu voto tenha sido vencido, pois é quem detém o controle do feito.

b) O relator vencido redigirá o acórdão apenas se tiver sido o primeiro a votar, ainda que seu entendimento não tenha prevalecido.

c) O acórdão deverá ser redigido pelo magistrado cujo voto tiver prevalecido, cabendo ao relator vencido fornecer o relatório.

d) O redator deverá ser o magistrado que tiver formulado pedido de vista na sessão anterior, independentemente de voto vencedor.

e) O acórdão será obrigatoriamente redigido pelo revisor, mesmo que este tenha sido vencido juntamente com o relator.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

21. A partir do que define a Constituição Federal de 1988, quando internalizados, os Tratados sobre Direitos Humanos podem assumir

a) "status" de norma supraconstitucional quando aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados.

b) posição de lei complementar, estando acima dos demais tratados que têm natureza de leis ordinárias.

c) natureza de normas constitucionais uma vez que sejam aprovados, pelas duas Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

d) o mesmo patamar das normas constitucionais, bastando que sejam assinados pelo Presidente da República, momento em que terá início a vinculação do estado brasileiro perante a comunidade internacional.

e) "status" de leis ordinárias, sempre que forem aprovados, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, por três quintos dos votos dos membros, em turno único de votação.

22. De acordo com a Resolução CNJ nº 492/2023, o responsável pela elaboração de estudos, análise de cenários, diálogo com os tribunais e proposições concretas para a ampliação da representação feminina junto ao Poder Judiciário será:

a) O Conselho Nacional de Justiça, na figura do Conselheiro

b) O Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero, apenas

c) O Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário

d) O Juiz ou Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça

e) A Ordem dos Advogados do Brasil

23. Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, assinale a alternativa que não corresponde a um dos direitos por ela albergados.

a) Direito ao respeito à integridade psíquica e moral.

b) Direito de não ser condenado a trabalhos forçados, como aqueles que decorrem de situação de calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade.

c) Direito de não ser condenado à pena mais grave do que aquela aplicável no momento da perpetração do delito.

d) O direito que têm os pais de que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.

e) O direito de retificação ou resposta quando se é atingido por informações inexatas ou ofensivas.

24. Sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, julgue os itens a seguir.

I. Discriminação por motivo de deficiência é compreendida como sendo qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

II. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e tomarão medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres.

III. Para fomentar o direito à educação, os Estados Partes deverão tomar medidas que incluem a Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares.

Dentre os itens acima está (ao) correto (s):

a) Apenas o I

b) I e III

c) I e II

d) II e III

e) I, II e III

25. Os direitos humanos são os direitos mínimos à vida com dignidade. Quanto aos direitos que dependem de prestações positivas por parte do Estado soberano, tem-se que os mesmos pertencem à:

a) Primeira geração de direitos humanos.

b) Segunda geração de direitos humanos.

c) Terceira geração de direitos humanos.

d) Quarta geração de direitos humanos.

e) Quinta geração de direitos humanos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. No Windows 10 temos uma funcionalidade responsável por realizar o controle de envio das notificações, podendo o usuário definir períodos em que não deseja ser interrompido. Essa funcionalidade é:

a) Windows Defender

b) Limpeza de Disco.

c) Assistente de Foco.

d) Cortana

e) Vídeo

27. Nas letras abaixo temos várias funcionalidades executadas pela Agenda do Google, exceto:

a) Adicionar notificações a eventos

b) Criar eventos com múltiplos participantes

c) Criar páginas compartilháveis em que as pessoas podem agendar horários com você.

d) Realizar upload de arquivos na nuvem.

e) Exibe datas comemorativas e feriados nacionais marcados.

28. Sobre o Google Meet responda:

a) Permite apenas a criação de reuniões instantâneas

b) Limita a quantidade de participantes a 25 por reunião

c) Permite agendar uma reunião na Google Agenda integrada

d) Todos os participantes sempre podem usar o microfone

e) Não há a possibilidade de estabelecer um usuário como moderador.

29. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

a) Alinhamento Justificado.

b) Controle de Alterações

c) Hifenização.

d) Recuos

e) Espaçamento.

30. O SSL é um certificado digital que garante a transmissão de dados criptografados em uma rede. Um protocolo que o utiliza é:

a) STMP

b) HTTPS

c) HTTP

d) IMAP

e) FTP

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

31. Pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exceto:

a) Presidente da República

b) Presidente do Senado Federal

c) Partido político com representação no Congresso Nacional

d) Confederação sindical

e) entidade de classe de âmbito nacional

32. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, exceto:

a) ações do empregado contra o empregador em relação a acidentes de trabalho

b) ações de indenização por danos morais decorrentes da relação de trabalho

c) causas relativas ao exercício do direito de greve por servidores estatutários

d) causas decorrentes da relação de trabalho

e) ações possessórias decorrentes do exercício do direito de greve de empregados celetistas

33. Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra:

a) lei federal

b) medida provisória

c) lei estadual

d) lei municipal

e) resolução do Conselho Nacional de Justiça

34. O Presidente da República, diante de uma situação de relevância e urgência, decide editar uma medida provisória, com força de lei. Assinale a alternativa que prevê uma matéria a respeito da qual essa autoridade não pode editar esse tipo de ato:

a) para dispor sobre jornada de trabalho

b) para trazer regras de ajuizamento de ações e interposição de recursos

c) para abrir crédito extraordinário

d) para dispor sobre contrato de locação de imóvel urbano

e) criando uma nova hipótese de contrato de trabalho

35. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, exceto:

a) fundo de garantia do tempo de serviço

b) seguro-desemprego, em caso de despedida involuntária

c) jornada semanal de trabalho de, no máximo, 44h

d) igualdade de direitos entre trabalhador avulso e trabalhador com vínculo empregatício permanente

e) hora extra com remuneração superior, no mínimo, a 605 da hora normal

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. As ações realizadas pela administração pública devem estar em conformidade não apenas com as normas jurídicas, mas também com princípios éticos. Essa característica está relacionada ao princípio da:

a) finalidade, pois o gestor público deve atuar em benefício do interesse coletivo, sem buscar vantagens pessoais.

b) moralidade, que deve ser respeitado em todos os atos administrativos.

c) legalidade, uma vez que a conduta dos agentes públicos deve estar subordinada às disposições normativas e às necessidades do bem comum.

d) eficiência, considerando que a gestão pública deve produzir resultados benéficos tanto para o serviço prestado quanto para a sociedade.

e) indisponibilidade do interesse público, pois o servidor tem o dever de agir de maneira ética e em conformidade com a legislação para preservar os interesses da coletividade.

37. No que se refere ao poder de polícia administrativa e à imposição de multas administrativas, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

a) O poder de polícia possui natureza sempre vinculada, não cabendo ao administrador escolher o momento da atuação nem a sanção mais adequada, ainda que a legislação preveja duas ou mais penalidades para determinada infração.

b) O início do prazo prescricional para propor a ação de execução de multa administrativa ocorre a partir da constituição definitiva do crédito, que se efetiva com a lavratura do auto de infração.

c) Considera-se constitucional a cobrança da taxa municipal de renovação de funcionamento e de localização, desde que haja efetiva atuação do poder de polícia, comprovada pela existência de estrutura e órgão competentes para esse fim.

d) O prazo decadencial para a constituição do crédito relativo à infração à legislação administrativa apenas é interrompido pela notificação ou citação do indiciado ou do executado, inclusive quando realizada por edital.

e) O exercício do poder de polícia não é permitido a pessoas jurídicas de direito privado.

38. O chefe do Executivo de um determinado Município concedeu autorização para a extração de areia em um lago de grande relevância para a região. Ressalte-se que o ato administrativo foi realizado em conformidade com todos os requisitos legais e fundamentado em circunstâncias concretas que, naquele momento, não contrariavam o interesse público. No entanto, em um momento posterior, constatou-se que a atividade autorizada passou a gerar impactos negativos ao meio ambiente.

Diante desse cenário, a medida adotada pelo Prefeito poderá ser:

a) mantida inalterada no ordenamento jurídico, uma vez que a nova realidade fática não interfere no ato previamente praticado.

b) invalidada pela Administração ou pelo Poder Judiciário, com efeitos retroativos (ex tunc).

c) declarada nula exclusivamente pelo Poder Judiciário, produzindo efeitos apenas para o futuro (ex nunc).

d) convalidada, conferindo-lhe efeitos retroativos (ex tunc).

e) revogada, gerando consequências somente a partir do momento da revogação (ex nunc).

39. Conforme dispõe a Lei nº 9.784/1999, no exercício regular das atribuições pelos órgãos da Administração Pública, analise as alternativas a seguir:

a) O processo administrativo será instaurado por qualquer autoridade competente, conforme previsão legal expressa.

b) A delegação de competência entre titulares de órgãos é permitida, desde que fundamentada, salvo nos casos de competências exclusivas ou inexistência de vínculo hierárquico entre os órgãos.

c) A avocação de competência atribuída a órgão subordinado é permitida, desde que justificada e respeitada a relação de hierarquia entre os órgãos envolvidos.

d) A competência é de natureza indicativa, permitindo que o órgão originalmente competente renuncie em favor de outro, mesmo na ausência de relação de subordinação.

e) É admitida a delegação parcial de competência de um órgão para outro, desde que devidamente fundamentada e respeitadas as vedações legais.

40. O controle jurisdicional exercido sobre a Administração Pública representa um dos principais mecanismos para assegurar que suas ações e políticas estejam em conformidade com a legislação e os princípios constitucionais.

Em relação a esse controle jurisdicional, considere as seguintes afirmações:

I. A própria Administração Pública tem a prerrogativa de revisar e invalidar seus atos quando houver irregularidades, sem a necessidade de atuação do Poder Judiciário. No entanto, a parte prejudicada não pode recorrer ao Judiciário.

II. O controle jurisdicional deve preservar a independência dos Poderes Executivo e Legislativo, intervindo apenas nos casos em que houver afronta ao princípio da legalidade, sem interferência em questões de mérito da administração.

III. A atuação do Poder Judiciário ocorre apenas mediante provocação, por meio de instrumentos como o mandado de segurança, a ação popular ou a ação civil pública.

Com base nas afirmativas apresentadas, assinale a alternativa correta:

a) Apenas a I.
b) Apenas as afirmativas I e II.
c) Apenas as afirmativas I e III.
d) Apenas as afirmativas II e III.
e) I, II e III.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

41. Considerando a Teoria dos Dois Fatores, proposta por Frederick Herzberg, e seu impacto no ambiente organizacional, analise o cenário a seguir:

Um servidor público manifesta desânimo com suas tarefas diárias, ainda que desfrute de boas condições de trabalho, receba um salário competitivo e mantenha uma relação amistosa com seus superiores. Apesar disso, relata que sua função é repetitiva, pouco desafiadora e não oferece oportunidades de crescimento profissional.

Com base na teoria mencionada, é correto afirmar que:

a) O desânimo relatado decorre da ausência de fatores higiênicos, que, quando presentes, aumentam a motivação do trabalhador.

b) A presença de fatores motivacionais, como salário e ambiente amigável, não foi suficiente para satisfazer as necessidades de autorrealização do servidor.

c) A insatisfação surge da ausência de fatores extrínsecos, os quais, segundo Herzberg, são os verdadeiros promotores da motivação.

d) Os fatores que estão causando desmotivação são os chamados motivacionais, cuja ausência não gera insatisfação, mas impede a emergência da motivação.

e) A situação descrita demonstra um ambiente de alto nível de motivação, mas afetado por fatores circunstanciais alheios à estrutura organizacional.

42. Em relação à Teoria ERC (ou ERG) de Alderfer, analise as afirmativas abaixo:

I. Assim como em Maslow, a teoria de Alderfer estabelece uma progressão rígida entre as categorias de necessidade: existência, relacionamento e crescimento.

II. Diferentemente da teoria de Maslow, Alderfer admite que múltiplas necessidades podem estar ativas simultaneamente.

III. A frustração de uma necessidade de nível superior pode intensificar o desejo por necessidades de nível inferior, como remuneração e estabilidade.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas a afirmativa II está correta.

c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

43. A amplitude de controle, ou amplitude administrativa, refere-se ao número de subordinados diretamente supervisionados por um gestor. Esse elemento tem implicações diretas sobre a configuração estrutural da organização, afetando o número de níveis hierárquicos, os custos administrativos e o grau de autonomia dos subordinados. Considerando esse conceito, assinale a afirmativa incorreta:

a) A ampliação da amplitude de controle reduz o número de níveis hierárquicos, podendo facilitar a comunicação e acelerar a tomada de decisão.

b) Uma amplitude de controle reduzida implica estruturas mais verticais, com maior número de níveis hierárquicos e, potencialmente, maior rigidez nas comunicações.

c) A escolha de uma amplitude de controle ideal depende da complexidade das tarefas supervisionadas e da maturidade dos subordinados.

d) Altas amplitudes de controle são recomendadas quando os gestores necessitam de supervisão intensiva e constante sobre cada subordinado.

e) Estruturas organizacionais enxutas tendem a adotar amplitudes de controle mais amplas, como forma de reduzir custos e estimular a autonomia.

44. A gestão do desempenho ultrapassa a mera avaliação periódica de resultados, assumindo papel estratégico no alinhamento das competências individuais aos objetivos organizacionais. Considerando essa abordagem ampliada, assinale a afirmativa correta:

a) A gestão do desempenho tem como foco exclusivo o controle dos resultados obtidos, sendo desnecessário considerar o ambiente psicossocial em que os colaboradores estão inseridos.

b) A aplicação da gestão do desempenho exige o abandono de qualquer forma de avaliação subjetiva, priorizando exclusivamente indicadores quantitativos de performance.

c) A gestão do desempenho opera em ciclos contínuos que abrangem planejamento, acompanhamento e avaliação, permitindo correções e feedbacks durante o processo.

d) O monitoramento contínuo do desempenho é dispensável desde que a avaliação anual seja formalizada por instrumentos padronizados e validados.

e) A gestão do desempenho substitui o processo de avaliação ao adotar uma lógica de autogerenciamento por parte dos empregados.

45. A Avaliação 360° é considerada uma das abordagens mais abrangentes e modernas da avaliação de desempenho, sendo utilizada para capturar múltiplas perspectivas sobre o comportamento e a performance dos indivíduos. No entanto, sua implementação não é isenta de desafios. Com base nas características e implicações dessa metodologia, assinale a alternativa correta:

a) A avaliação 360°, quando implantada em ambientes de baixa maturidade institucional, pode gerar ressentimentos e desconfiança, caso não haja preparação adequada e cultura de feedback estruturado.

b) Por sua natureza coletiva, a avaliação 360° tende a neutralizar todos os vieses individuais, dispensando etapas como treinamento e padronização dos critérios.

c) A avaliação 360°, ao ser baseada exclusivamente na opinião dos gestores imediatos, garante imparcialidade, pois centraliza o julgamento em profissionais com domínio técnico da área.

d) A descentralização do julgamento, característica da avaliação 360°, a torna incompatível com organizações formais e hierarquizadas, como os órgãos públicos federais.

e) A abrangência da avaliação 360° limita sua utilidade ao setor privado, sendo desaconselhada em instituições com rigidez normativa e cultura orientada ao comando-controle.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

46. Tomando por base os entendimentos consolidados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o regramento constitucional acerca da contratação de empregados públicos, assinale a alternativa correta:

a) a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público, seja de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, regra que não se aplica à contratação de empregados públicos celetistas.

b) a contratação de servidor sem prévia aprovação em concurso público, a despeito de inconstitucional, assegura a manutenção do vínculo empregatício, por força do princípio da continuidade da relação de emprego.

c) a contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público, a despeito de inconstitucional, assegura o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, do aviso prévio, da gratificação natalina proporcional e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

d) apesar de a contratação de empregado público sem concurso ser considerada inconstitucional, havendo a privatização da empresa estatal, o contrato de trabalho pode ser convalidado.

e) a contratação de empregado público sem concurso padece de vício insanável, não se admitindo sanatória, em qualquer hipótese.

47. Considerando os entendimentos vinculantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa INCORRETA:

a) Nos casos em que o empregado ajuíza reclamação trabalhista pretendendo a percepção de parcelas relativas ao FGTS e à respectiva multa, os valores devem ser depositados em conta vinculada, não podendo ser pagos diretamente ao trabalhador.

b) A irregularidade no recolhimento dos depósitos de FGTS é falta com gravidade suficiente para configurar a rescisão indireta do contrato de trabalho.

c) A ausência de anotação da Carteira de Trabalho do empregado não gera, por si só, dano moral presumido, sendo necessária a comprovação de constrangimento ou prejuízo sofrido pelo trabalhador em seu patrimônio imaterial.

d) A validade do pedido de demissão da empregada gestante está condicionada à assistência do sindicato profissional ou da autoridade local competente.

e) Nos casos de inadimplência ou cancelamento da compra pelo cliente, o empregador está legalmente autorizado a estornar as comissões do empregado.

48. Acerca dos entendimentos consolidados do TST a respeito do trabalho noturno, julgue os itens abaixo:

I. Os trabalhadores nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo não têm direito à hora noturna reduzida.

II. Em decorrência da igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, os trabalhadores portuários, ainda que regidos por lei específica, também têm direito à hora noturna reduzida (ficta).

III. Os vigias que laboram em período noturno, assim como os trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento, fazem jus à hora ficta.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e III.

c) I e II.

d) III.

e) II e III.

49. Assinale, à luz das regras celetistas, a circunstância que NÃO impede a efetivação de equiparação salarial:

a) existência de pessoal organizado em quadro de carreira não homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b) diferença de tempo na função de 3 anos entre o reclamante e o empregado paradigma.

c) diferença de tempo no emprego de menos de 4 anos em relação ao empregado paradigma.

d) paradigma em readaptação funcional por motivo de deficiência mental.

e) ausência de contemporaneidade no exercício das funções.

50. Analise as assertivas relativamente ao direito de greve:

I. É possível a realização de greve em atividades essenciais, embora se exija o pré-aviso do movimento paredista com antecedência mínima de 72 horas.

II. A realização da greve somente poderá ocorrer quando deliberada pelo conselheiro-geral do sindicato.

III. Em regra, é vedada a contratação de trabalhadores substitutos, exceto quando não forem assegurados os serviços cuja paralisação resulte em prejuízo irreparável, hipótese em que é autorizada a contratação de trabalhadores temporários.

IV. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, ainda que indiretamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

Estão corretos APENAS os itens:

a) I e III.

b) I e IV.

c) II, III e IV.

d) III e IV.

e) II e IV.

51. Recentemente, o Governo Federal alterou regras sobre as operações de crédito consignado de empregados celetistas, permitindo, entre outros, a utilização de parte do saldo na conta vinculada como garantia aos empréstimos tomados (MP 1.292, de 12 de março de 2025).

Tomando por base as regras previstas na Lei 8.036/1990, assinale a alternativa que menciona hipótese em que a conta vinculada NÃO poderá ser movimentada:

a) pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 anos de trabalho sob o regime do FGTS, e a operação seja financiável nas condições vigentes para o SFH.

b) pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 anos de trabalho sob o regime do FGTS, o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 meses e o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 por cento do montante da prestação.

c) quando qualquer dos dependentes do trabalhador for portador do vírus HPV.

d) extinção total da empresa.

e) fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências ou supressão de parte de suas atividades.

52. Julgue os itens abaixo sobre férias:

I. O pagamento das férias na vigência da CF/1988, integrais ou proporcionais, desde que gozadas, sujeita-se ao acréscimo do terço constitucional.

II. Em caso de readmissão, conta-se a favor do empregado o período de serviço anterior, encerrado com a saída espontânea.

III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.

IV. Não será considerada falta ao serviço, para fins de férias, a ausência do empregado durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido.

Estão corretos APENAS os itens:

a) II e IV.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e IV.

e) III e IV.

53. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre o teletrabalho, assinale a alternativa correta:

a) A adoção do regime de teletrabalho depende da anuência do sindicato da categoria, visando garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores e a manutenção de condições de trabalho adequadas.

b) O regime de teletrabalho exige que o empregado compareça, no máximo, duas vezes por semana às dependências da empresa para a realização de atividades específicas, como reuniões de equipe e treinamentos, sob pena de descaracterização do regime de teletrabalho.

c) A prestação de serviços em regime de teletrabalho deve constar expressamente do contrato individual de trabalho, especificando por escrito as responsabilidades pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária, bem como o reembolso de despesas arcadas pelo empregado.

d) É facultado ao empregador instruir seus teletrabalhadores quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

e) A implementação do regime de teletrabalho é vedada para estagiários e aprendizes, tendo em vista o objetivo de contínua formação técnica e moral do menor.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

54. O advogado da empresa Alfa Beta Gama Informações LTDA apresentou uma reconvenção na audiência UNA em que a reclamada foi notificada para apresentação de sua contestação em reclamação trabalhista. Provocado a se manifestar sobre a peça processual apresentada pela empresa ré, o advogado do reclamante José Eduardo Guimarães impugnou a juntada da reconvenção sem justificar o motivo. Conforme teoria dos princípios gerais do Processo do Trabalho,

a) não se admite em ação trabalhista nenhuma medida processual que não tenha previsão expressa contida na Consolidação das Leis do Trabalho e que seja contrária ao trabalhador.

b) caberia a medida desde que houvesse concordância da parte contrária e que a mesma fosse apresentada antes da data da audiência para possibilitar o contraditório.

c) embora haja omissão da norma processual trabalhista em relação à reconvenção, há súmula do Tribunal Superior do Trabalho interpretando pela sua absoluta incompatibilidade com o direito processual do trabalho.

d) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.

e) não caberia tal medida nesta fase processual porque somente é possível aplicar supletivamente norma do Código Processual Civil que não esteja prevista na lei trabalhista na fase de execução.

55. Bruno Lima, residente e domiciliado em Manaus, participou de processo seletivo e foi contratado na cidade de Brasília, onde se localiza a sede da empresa Limpe Bem e Cheiroso S/A, para trabalhar como assistente contábil, na filial da empresa no Município de Campo Grande. No contrato de trabalho as partes convencionaram como foro de eleição a comarca de São Paulo. Após dois anos de contrato, Bruno foi dispensado por justa causa sem receber nenhuma verba rescisória, retornando para Manaus. Não concordando com o motivo da sua rescisão, o trabalhador resolveu ajuizar reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora. Conforme a regra de competência territorial prevista na lei trabalhista a ação deverá ser proposta na Vara do Trabalho de

a) Brasília, por ser a sede da empresa reclamada.

b) Brasília, por ser o local da contratação.

c) Manaus, local de seu domicílio.

d) Campo Grande, local da prestação dos serviços.

e) São Paulo, foro de eleição contratual.

56. John Gomes, contador autônomo, prestando serviços em sua própria empresa de contabilidade, compareceu na audiência representando sua cliente, a Empresa Copos Térmicos S/A, acompanhado do advogado da reclamada, sendo que a Carta de Preposição, a Procuração e a Defesa já estavam devidamente juntadas aos autos. Neste caso, de acordo com a CLT, alterada pela Lei n°13.467/2017 e o entendimento sumulado do TST,

a) a juntada de Carta de Preposição, Procuração e a Defesa, por si só, elide os efeitos da revelia e da confissão quanto à matéria de fato.

b) a reclamada, por ser Sociedade Anônima, não está devidamente representada, uma vez que o preposto, neste caso, deveria ser seu empregado.

c) a reclamada está devidamente representada, uma vez que o preposto não precisa ser seu empregado.

d) John deveria ter conhecimento dos fatos para ser preposto, sendo que trabalhando em escritório próprio, presume-se que não possui condições de representar a empresa.

e) John deveria ser empregado da empresa, considerando-se ausente a reclamada, devendo ser excluídos ou desconsiderados a contestação e os documentos apresentados.

57. Analisando o normativo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à nomeação de advogado com poderes para o foro em geral na Justiça do Trabalho,

a) dá-se pela juntada prévia de instrumento de procuração, com firma devidamente reconhecida.

b) a nomeação poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.

c) apenas o trabalhador poderá reclamar sem a presença de advogado, uma vez que o princípio do jus postulandi somente se aplica à parte hipossuficiente.

d) o advogado pode atuar sem que lhe sejam exigidos poderes outorgados pela parte, em razão da previsão legal do jus postulandi.

e) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado constituído necessariamente por instrumento de mandato, com firma devidamente reconhecida.

58. Leia a informação a seguir e depois responda o que se pede: os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

a) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.

b) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.

c) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.

d) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irreleváveis, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.

e) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

59. No tocante à audiência, defesa e revelia no processo do trabalho, considere:

I. É tolerado o atraso de cinco minutos das partes no horário de comparecimento às audiências.

II. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.

III. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

IV. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

Neste caso e em consonância com a CLT, alterada pela Lei n° 13.467/2017 e jurisprudência sumulada pelo TST, está correto o que consta APENAS em

a) II, III e IV.

b) I, III e IV.

c) I, II e III.

d) I, II e IV.

e) II e III.

60. Sobre o procedimento ordinário, leia, reflita e responda o que se pede: em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.

b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.

c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.

d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.

e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

Redação

Não existe uma única definição para discurso de ódio, entretanto, todas elas se assemelham. Segundo Samanta Ribeiro Meyer-Pflug, doutora em Direito, o discurso de ódio é a manifestação de "ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias". Entretanto, podemos ver que nesta definição são abordados apenas os pontos de discriminação racial, social ou religiosa, sem considerar, por exemplo, gênero, orientação sexual, peso, algum tipo de deficiência, classe, dentre outros.

Já Daniel Sarmento, doutor em Direito Constitucional, afirma que discurso de ódio pode ser caracterizado por "manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos".

Sendo assim, com base nessas duas conceituações e no senso comum que existe sobre o termo, podemos chegar à conclusão de que discurso de ódio é um conjunto de ações com teor intolerante direcionadas a grupos, na maioria das vezes, minorias sociais (mulheres, LGBTs, gordos(as), pessoas com deficiência, imigrantes, dentre outros).

O discurso de ódio é considerado um tipo de violência verbal, e a sua base é a não-aceitação das diferenças, ou seja, a intolerância.

Disponível em: https://www.politize.com.br/discurso-de-odio-o-que-e/

Tendo o texto acima como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **a intolerância nas relações sociais contemporâneas: a cultura do ódio.**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0